

Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Estado de Amazonas

SEDUC-AM

Professor – História

Edital N° 01 – Nível Superior de Concurso Público

AB102-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas - SEDUC-AM

Cargo: Professor – História

(Baseado no Edital N° 01 – Nível Superior de Concurso Público)

- Língua Portuguesa
- Conhecimentos Pedagógicos
- Conhecimentos Específicos

Autora

Jaqueline Lima

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

Leitura, compreensão e interpretação de textos.	83
Estruturação do texto e dos parágrafos.	90
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.	90
Significação contextual de palavras e expressões.	76
Equivalência e transformação de estruturas.	88
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.	63
Emprego de tempos e modos verbais.	07
Pontuação.	50
Estrutura e formação de palavras.	04
Funções das classes de palavras.	07
Flexão nominal e verbal.	07
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.	07
Concordância nominal e verbal.	52
Regência nominal e verbal.	58
Ortografia oficial.	44
Acentuação gráfica.	47

Conhecimentos Pedagógicos

Fundamentos da Educação;.....	01
Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas;	10
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação;.....	11
Processo ensino-aprendizagem: papel do educador, do educando, da sociedade.	12
Avaliação. Educação inclusiva.	13
Educação e Direitos Humanos,.....	17
Democracia e Cidadania;	21
A função social da escola; Inclusão educacional e respeito à diversidade;	23
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;.....	24
Didática e organização do ensino;.....	61
Saberes Escolares, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem;.....	66
Novas tecnologias da informação e comunicação e sua contribuição com a prática pedagógica;	66
Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.....	76
Planejamento: a realidade escolar; o planejamento e o projeto pedagógico da escola;.....	77
Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional;	78
Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;.....	95
Lei nº 10.639/03 – História e Cultura Afro Brasileira e Africana;	146
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - 2007.	147

SUMÁRIO

Conhecimentos Específicos

Ensino de História: saber histórico escolar;	01
Seleção e organização de conteúdos históricos;	04
Metodologias do ensino de História;	09
Trabalho com documentos e diferentes Linguagens no ensino de História.	12
Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia;	15
História e temporalidade.	17
Passagens da Antiguidade para o Feudalismo;	22
Mundo Medieval;	24
Expansão Europeia do século XV;	26
Formação do Mundo Contemporâneo;	28
História do Brasil e a construção de identidades:	32
Historiografia brasileira e a história do Brasil;	35
História brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo.	44
Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios;	53
História da América.	56
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;	61
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).	66
Base Nacional Comum Curricular. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.....	70

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

LÍNGUA PORTUGUESA

PROF. ZENAIDE AUXILIADORA PACHEGAS BRANCO

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

LETRA E FONEMA

A palavra *fonologia* é formada pelos elementos gregos *fono* (“som, voz”) e *log, logia* (“estudo”, “conhecimento”). Significa literalmente “estudo dos sons” ou “estudo dos sons da voz”. Fonologia é a parte da gramática que estuda os sons da língua quanto à sua função no sistema de comunicação linguística, quanto à sua organização e classificação. Cuida, também, de aspectos relacionados à divisão silábica, à ortografia, à acentuação, bem como da forma correta de pronunciar certas palavras. Lembrando que, cada indivíduo tem uma maneira própria de realizar estes sons no ato da fala. Particularidades na pronúncia de cada falante são estudadas pela Fonética.

Na língua falada, as palavras se constituem de **fonemas**; na língua escrita, as palavras são reproduzidas por meio de símbolos gráficos, chamados de **letras** ou **grafemas**. Dá-se o nome de fonema ao menor elemento sonoro capaz de estabelecer uma distinção de significado entre as palavras. Observe, nos exemplos a seguir, os fonemas que marcam a distinção entre os pares de palavras:

amor – ator / morro – corro / vento – cento

Cada segmento sonoro se refere a um dado da língua portuguesa que está em sua memória: a imagem acústica que você - como falante de português - guarda de cada um deles. É essa imagem acústica que constitui o fonema. Este forma os significantes dos signos linguísticos. Geralmente, aparece representado entre barras: /m/, /b/, /a/, /v/, etc.

Fonema e Letra

- O fonema não deve ser confundido com a letra. Esta **é a representação gráfica do fonema**. Na palavra *sapo*, por exemplo, a letra “s” representa o fonema /s/ (lê-se *sê*); já na palavra *brasa*, a letra “s” representa o fonema /z/ (lê-se *zê*).

- Às vezes, o mesmo fonema pode ser representado por mais de uma letra do alfabeto. É o caso do fonema /z/, que pode ser representado pelas letras z, s, x: *zebra, casamento, exílio*.

- Em alguns casos, a mesma letra pode representar mais de um fonema. A letra “x”, por exemplo, pode representar:

- o fonema /sê/: *texto*

- o fonema /zê/: *exibir*

- o fonema /che/: *enxame*

- o grupo de sons /ks/: *táxi*

- O número de letras nem sempre coincide com o número de fonemas.

<i>Tóxico</i> = fonemas:	/t/ó/k/s/i/c/o/	letras:	t ó x i c o
	1 2 3 4 5 6 7		1 2 3 4 5 6

<i>Galho</i> = fonemas:	/g/a/lh/o/	letras:	g a l h o
	1 2 3 4		1 2 3 4 5

- As letras “m” e “n”, em determinadas palavras, não representam fonemas. Observe os exemplos: *compra, conta*. Nestas palavras, “m” e “n” indicam a nasalização das vogais que as antecedem: /õ/. Veja ainda: *nave*: o /n/ é um fonema; *dança*: o “n” não é um fonema; o fonema é /ã/, representado na escrita pelas letras “a” e “n”.

- A letra h, ao iniciar uma palavra, não representa fonema.

<i>Hoje</i> = fonemas:	ho /j/ e /	letras:	h o j e
	1 2 3		1 2 3 4

Classificação dos Fonemas

Os fonemas da língua portuguesa são classificados em:

1) Vogais

As vogais são os fonemas sonoros produzidos por uma corrente de ar que passa livremente pela boca. Em nossa língua, desempenham o papel de núcleo das sílabas. Isso significa que em toda sílaba há, necessariamente, uma única vogal.

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Fundamentos da Educação;.....	01
Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas;	10
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação;.....	11
Processo ensino-aprendizagem: papel do educador, do educando, da sociedade.....	12
Avaliação. Educação inclusiva.....	13
Educação e Direitos Humanos;.....	17
Democracia e Cidadania;	21
A função social da escola; Inclusão educacional e respeito à diversidade;	23
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;.....	24
Didática e organização do ensino;.....	61
Saberes Escolares, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem;	66
Novas tecnologias da informação e comunicação e sua contribuição com a prática pedagógica;	66
Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.	76
Planejamento: a realidade escolar; o planejamento e o projeto pedagógico da escola;.....	77
Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional;	78
Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;.....	95
Lei nº 10.639/03 – História e Cultura Afro Brasileira e Africana;	146
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - 2007.	147

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO;

No atual estágio do desenvolvimento da educação brasileira muito foi acrescentado nos quesitos legislação, fundamentação e procedimento da educação básica posto que o controle educacional seja feito pelas instituições públicas instituídas.

É como é o proceder no que diz respeito à legislação e organização da educação básica?

Como se desenvolve a educação na prática em relação à lei e as diretrizes vigentes?

É com intuito de desvelar e, é buscando acrescentar um ponto a discussão sobre a educação básica, no que concerne a lei e ao proceder pela lei que o tema da fundamentação legal deu azo a o trabalho ora apresentado. Levando em consideração questionamentos pertinentes a educação e considerando a evolução do sentido da própria educação, escolheu-se como tema para o trabalho: Princípios, fundamentos legais e procedimentos da educação básica.

No desenvolvimento da educação muitos são os elementos, atores e situações envolvidas. Desde a elaboração de uma proposta nacional, passando pelos pensadores de educação e finalizando no fazer do profissional na sala de aula, onde se materializa toda a teoria.

Com o passar dos períodos ditos sócio históricos, muito se tem produzido em educação, um amalgama de teorias e ideias permeia este ramo do conhecimento. Assim compreender e conhecer estas teorias são fundamentais. Tanto para o cidadão enquanto membro de um determinado grupo, ainda mais para profissionais ou futuros profissionais.

O objetivo geral é analisar a teórica aplicação e funcionalidades nas instituições. E tendo como objetivos específicos, comprovar se as ações propostas nos documentos legais se fazem cumprir, verificando o grau de conhecimento por parte dos professores e demais agente educacionais relativo à documentação estudada, através de uma pesquisa de campo. No percurso do desenvolvimento da educação brasileira, houve e ainda há percalços e barreiras para que efetive de forma aceitável uma educação que contribua de maneira justa na construção de um novo modelo social, onde todos são iguais.

E isto só se conseguirá quando todos os benefícios que estiverem assentados no papel fizerem parte do cotidiano escolar.

A lei e a Educação, no Brasil devem caminhar juntas objetivando sempre uma melhoria, tanto da qualidade do ensino, como dos benefícios e ganho real dos educadores.

Não há que se construir algo sólido e duradouro apenas com leis instituídas, mas sim com trabalho e estudo.

3. A HISTORIA DA HUMANIDADE RELACIONADA A HISTORIA DA EDUCAÇÃO

A história da humanidade está interligada a história da educação. Ao falarmos da história da educação escolar, entende-se que a escola surgiu a partir de uma necessidade social. No surgimento da escola a partir dessa necessidade social, alguns conteúdos, alguns currículos em algumas áreas dos conhecimentos foram sendo pensados para serem trabalhadas dentro desse universo escolar. Dessa maneira podemos afirmar que a história da educação não está desvinculada da história do mundo, ou seja, da história desses seres humanos que construíram várias tecnologias, vários abates e também vários valores. Esse estudo é imprescindível para que possamos conhecer todo o processo em que se desenvolveu a educação e a própria sociedade.

Para o futuro educador é necessário que se tenha embasamento, ferramentas a que recorrer para incrementar a prática pedagógica em sala de aula.

A história da educação subsidia, mostrando o que foi feito, o que está sendo produzido, e possibilita pensar no que se fará no campo educacional a partir do momento presente.

Nesse contexto é importantíssimo identificar quais os princípios que fluência o pensar sobre o processo educacional. O ser humano sempre ira construir algo para suprir suas necessidades, no decorrer da história da humanidade a qual sempre foi construída através de uma determinada pessoa (mulher ou homem) em relação ao seu cotidiano.

3.1 Educação Primitiva

No período primitivo não havia escolas formais e tão poucos métodos de educação. Nessa época o conhecimento era passado de geração para geração, mais não através da escrita e sim através da oralidade e também pela imitação.

Professores no período primitivo eram os chefes de família e em seguidas os sacerdotes, ou seja, eram professores leigos, ao qual não existia formação alguma para o cargo.

Para o filósofo Aristóteles, ele sustenta que para o ser humano saber alguma coisa, ele teria que imitar, por essa razão sua característica é a imitação.

[...] "A educação tem raízes amargas, mas os frutos são doces". (Aristóteles).

No período primitivo a educação dos jovens, torna-se a ferramenta principal para a sobrevivência do grupo e alicerce para pôr em ação a comunicação e prolongamento da cultura. Através da imitação, aprende-se ou ensina o manejo com as armas, caças, colheita, a fala, cerimônia aos mortos, às técnicas de mudança e conhecimento do meio ambiente.

3.2 Educação Oriental

A educação oriental foi trabalhada pela transição entre a sociedade primitiva, ou seja, iniciou-se a civilização.

Nesse período surgiu a escrita com o domínio da linguagem na literatura, surgiram também cidades, estado e organização política.

Na região comumente chamada de Oriente, a educação se iniciava em casa com os entes mais velhos. O conhecimento, as ideias e principalmente os conceitos que eram a base destas sociedades eram transmitidos oralmente. Na Índia, na China, ao se fazer uma comparação com pensamento ocidental chega-se a conclusão que a educação oriental permite mais variedade e tolerância quando se trata de conclusões filosóficas.

Dessa forma, os pensadores indianos não aceitam a conclusão das ciências como verdade absoluta, pois nestas nações o misticismo e a ciências se alternavam e isto era plangente na educação. As crianças eram ensinadas não só apenas tópicos práticos, conhecimentos úteis para realizar determinada tarefa ou determinada função (oleiro, carpinteiro, cervejeiro...), mas também, e mais importante à filosofia e a concepção de mundo, vida, espírito e alma concebidos pelos mestres e pensadores, como Buda e Krishna.

Na concepção educacional destes povos, havia um alto grau de severidade. Um aluno tinha que obedecer e seguir a seu mestre em todos os sentidos. Não eram incomuns os castigos físicos a que se submetiam os alunos, nesta concepção educacional. Um número variado de escolas se desenvolveu nesta época, havia escolas particulares fundadas por gurus. Neste contexto também se desenvolveu um modelo de ensino superior, que atraía aqueles que buscavam a elevação espiritual.

3.3 Educação Grega

Na Grécia Clássica, a educação era permitida somente aos indivíduos das classes ditas superiores. Do nascimento aos cinco anos a criança era criada de maneira que pudesse desenvolver um crescimento sadio, tanto físico, como espiritual. Dava-se atenção especial ao desenvolvimento do corpo, para que a criança estivesse pronta para tolerar os embates e as adversidades de ordem física.

[...] "O período seguinte dura até a idade de cinco anos; durante esse período não se deve fazer qualquer exigência de estudo ou trabalho a criança, para que seu crescimento não seja impedido; e deve haver movimentação para impedir que os membros se tornem inativa. Isso só pode ser garantido, entre outras formas, através da diversão, mas não deve ser vulgar, cansativa ou descomedida. Os Diretores de Educação, como são chamados, devem ter cuidado aos contos ou histórias que as crianças ouvem, pois as brincadeiras das crianças destinam a preparar o caminho para as ocupações posteriores da vida e devem ser, em sua maioria, imitações das ocupações que as crianças terão mais tarde, seriamente. Estão errados aqueles que (como Platão), nas Leis, tentem impedir o choro e gritos altos das crianças, pois eles contribuem para seu crescimento e, de certa forma, exercitam-lhes os corpos. Forçar a voz tem efeito semelhante ao produzido pela retenção do fôlego em esforços violentos. Entre outros deveres, o Diretor deve dar atenção à criação das crianças e cuidar para que elas sejam deixadas o mínimo possível com escravos. Pois até os sete anos de idade as crianças têm de viver em casa; e, por isso, mesmo nessa tenra idade, tudo o que mesquinho e vil deve ser banido de suas vistas e de seus ouvidos." (Mayer1976).

A educação grega tinha como objetivo principal guiar os educandos, os jovens de modo que lês pudessem assumir o controle da sociedade vigente. Ela não se ocupava apenas de um conceito particular do homem, mas do desenvolvimento de todas as suas capacidades- físicas morais e intelectuais. Em seus ideais, a educação grega dava ênfase à moderação e a uma concepção equilibrada do homem e de seus poderes intelectuais. Valoriza a arte como corporificação concreta de alguma verdade, proporciona para o sujeito homem ou mulher a refletir sobre suas atitudes e sua também constituição de ser humano no contexto onde se está inserido.

Na Grécia não havia uma teologia infalível. Não havia um padrão de moral e de religião. Os gregos acreditavam na livre indagação, dessa forma, lançaram as sementes de nosso próprio desenvolvimento intelectual. Na educação grega eles defendiam o individual do ser humano como princípio, e preparava a educação para a cidadania. Mais só era considerados cidadãos (homens livres) quem fosse grego de verdade (apenas 10%) no mais não era considerado cidadão (com 90%), com isso sem direito de se posicionar.

Aqui surgiram grandes filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates e Platão defendiam o saber o pensar. Ou seja, a partir do entendimento que tenho em me relacionar com outra pessoa eu aprendo, eu questiono, eu vivencio, nunca sabemos tudo, porque o conhecimento é algo que precisa aprimorar reconstruir ao longo do tempo histórico. Já Aristóteles traz a razão como elemento fundamental para organização da sociedade.

3.4 Educação Romana

No que tange a educação romana, sua melhor representatividade temos na era de Quitiliano. Na época deste imperador a educação era dividida em três campos. Em primeiro lugar vinha a Dialética (as leis do raciocínio), em segundo, a Ética (as leis da justiça) e em terceiro a Física. Na época de Quitiliano já havia uma pequena mudança na concepção de educação:

[...] "Quanto ao menino que já adquiriu a facilidade na leitura e na escrita, o objetivo seguinte é a instrução ministrada pelos gramáticos"...

Pois se trata não apenas da arte de escrever combinada com a de falar, mas também a leitura correta precede a ilustração e a essas estão ligado o exercícios do julgamento... "Também não basta haver lido apenas os poetas; todas as classes de escritores têm de ser estudadas, não apenas pelo assunto, mas pelas palavras que, frequentemente, recebem sua autoridade de escritores."

O estudo da educação é imprescindível para que possamos conhecer todo o processo em que se desenvolveu no atual estágio a educação e a própria sociedade brasileira. (Mayer1976)

Aqui também a que se ressaltar que ao contrário dos gregos os romanos eram condicionados mais para assumir sua posição de máquina do estado, deixando em segundo plano o trabalho com a preparação do corpo, como faziam, por exemplo, os espartanos.

A grande preocupação dos romanos era a formação de guerreiros, forma para a prática. A intenção dos romanos era a conquista e para isso acontecer eles teriam que

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor – História

Ensino de História: saber histórico escolar;	01
Seleção e organização de conteúdos históricos;	04
Metodologias do ensino de História;	09
Trabalho com documentos e diferentes Linguagens no ensino de História.	12
Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia;	15
História e temporalidade.	17
Passagens da Antiguidade para o Feudalismo;	22
Mundo Medieval;	24
Expansão Europeia do século XV;	26
Formação do Mundo Contemporâneo;	28
História do Brasil e a construção de identidades:	32
Historiografia brasileira e a história do Brasil;	35
História brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo.	44
Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios;	53
História da América.	56
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;	61
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).	66
Base Nacional Comum Curricular. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.....	70

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor – História

ENSINO DE HISTÓRIA: SABER HISTÓRICO ESCOLAR;

Algumas afirmações são recorrentes quando se coloca em discussão o ensino de História e a formação de professores da disciplina para a escola básica. Documentos emitidos por historiadores ressaltam, por exemplo, a indissolubilidade dos laços entre o ensino e a pesquisa nos cursos de formação do professor de História. A pesquisa a que se referem, contudo, é a pesquisa acadêmica, que produz o conhecimento histórico, acadêmico, que pode ser destituído de qualquer relação com os objetivos do ensino de História. Por outro lado, a História a ser ensinada ou a que é apreendida pelos alunos não é considerada como um possível objeto de pesquisa. Subentende-se que a História como disciplina escolar prescindia de qualquer construção específica, pois é a divulgação e a difusão, em linguagem apropriada à faixa etária dos alunos, do conhecimento produzido nas universidades e outras instituições de pesquisa. Daí decorre que a produção de currículo não passa de listagem de conteúdos, listagem esta produzida seguindo parâmetros desta ou daquela Metodologia da História, que permita, contudo, que certas permanências se evidenciem. Uma dessas permanências sem dúvida é a periodização clássica, que depois de duas décadas de introdução dos eixos temáticos, vem presentemente retomando com muita força a tradição curricular.

Pesquisas vêm mostrando distorções na formação histórica dos alunos. Conceitos históricos, como o de revolução, não expressam, em alunos do terceiro ano do ensino médio de escola pública, avanços de aprendizagem, mas denotam a permanência do senso comum e apontam importância maior das representações sociais que se constroem independentemente do ambiente escolar. Em outra pesquisa, em 5ª série de escola municipal de São Paulo, alunos afirmaram que a construção da História se faz por meio de vestígios, deixados pelas sociedades do passado. O historiador volta ao passado, segundo alguns alunos, utilizando uma máquina do tempo, segundo outros atravessando um portal e nessa viagem recupera os vestígios com os quais escreverá seus livros. Um aluno afirmou que os homens das cavernas eram historiadores, que voltaram ao passado e não conseguiram voltar. Parece claro que os meios de comunicação, como a televisão e o cinema deram uma importante contribuição para que os alunos elaborassem suas concepções de História e de tempo histórico.

Os professores das turmas pesquisadas são o que podemos chamar de bons professores: formados por cursos superiores em universidades nas quais o binômio ensino-pesquisa é valorizado, são interessados, permitiram o desenvolvimento da pesquisa em suas aulas com muita boa-vontade, demonstram domínio do conteúdo, usam técnicas e recursos didáticos, como fotos, filmes e vídeos. Mantêm um relacionamento cordial com os alunos que se mantêm relativamente atentos durante as aulas.

O conhecimento histórico escolar não pode ficar preso a análise de processos puramente cognitivos, independentes da vivência dos alunos, que lhes dá sustentação: o cognitivo é sempre sócio-cognitivo. Os alunos tendem a elaborar conceitos de acordo com sua experiência vivida e não formalizam o conhecimento histórico, se não tiverem a possibilidade de vivenciar movimentos e conceitos históricos, colocados em questão na sala de aula. Os indícios fornecidos pelos textos históricos sejam eles o texto expresso pelo professor ou do manual didático, se concretizam no momento em que outros elementos da aprendizagem entram em jogo, como analogia e a empatia.

Para se apropriar de conceitos e noções presentes nos programas e planejamentos escolares, os alunos procedem segundo uma categorização, organizada a partir do acontecimento mais próximo ou mais familiar. A partir de um protótipo, uma espécie de nível básico para uma compreensão mais sólida, as noções suscetíveis de enriquecer tal nível de conceitualização por processos figurativos e, sobretudo por analogias. Para compreender o papel do exército nas ditaduras da América do Sul, por exemplo, os alunos recorrem ao nazismo e ao fascismo, ou para compreender a sociedade do Antigo Regime, elaboram, uma grade social simplificada, nobres (ricos) e camponeses (pobres), muito semelhante à que lhes foi apresentada ao estudar a Idade Média. Uma boa escolha para situar socialmente os nobres e os camponeses, mas a mesma grade peca por omitir a burguesia. Os mesmos processos analógicos se notam na relação entre fatos do passado e do presente e não somente em relação a dois fatos do passado, próximo ou distante.

Para abordar os temas propostos os alunos utilizam-se de representações construídas na e fora da escola. Na medida em que os conceitos históricos são compreendidos pela sua relação com a realidade que o sujeito vivencia, ao procurar explicações para uma situação do passado à luz de sua própria experiência, mesmo sem apreciar as diferenças entre as suas crenças e valores e as de outra sociedade, revela já um esforço de compreensão histórica.

Tal esforço de compreensão se revela a partir das tentativas de analisar as fontes históricas, o que constitui um elemento fundamental na progressão do conhecimento histórico. Contudo, os alunos dão sentido aos materiais históricos ao utilizar elementos fornecidos por sua vivência atual, num movimento oscilante, no qual algumas vezes modos de pensar simplistas podem se alternar com explicações mais elaboradas. Aliado da analogia para a o desenvolvimento da compreensão histórica, o conceito de empatia facilita a compreensão histórica, ao aproximar as pessoas do passado às do presente. Há idéias e práticas do passado que oferecem explicações pouco satisfatórias se não forem analisadas na perspectiva da cultura, do sistema de valores e até o senso comum, num contexto material mais amplo, com o qual estão relacionados. O estudo do passado, utilizando as fontes nas aulas de História deve ser ancorado e contextualizado numa situação que faça sentido humano, obtido com a sua vivência e a experiência de aprendizado dentro e fora da escola.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor – História

A compreensão histórica vem da forma como sabemos como é que as pessoas viram as coisas, sabendo o que tentaram fazer, sabendo o que sentiram em uma determinada situação. A História como disciplina escolar não serve para “transformar os alunos em mini historiadores profissionais, como ironicamente questionou Peter Lee, mas pode começar a ajudá-los a perceber como as interpretações históricas são baseadas na evidência, que as explicações não são o mesmo que afirmações factuais singulares, e que está na natureza da história haver diversas versões do passado, embora nada disto signifique que a História é apenas uma questão de opinião.

A formação histórica revela e define fundamentalmente os procedimentos da consciência histórica ou conhecimento histórico dando algumas indicações básicas sobre se dá essa formação: em todos os processos de aprendizagem que tem a história como objeto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de História nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa e os fatores da vida humana prática (família, instituições e colegas), entre outros.

Nesse campo se encontram além dos processos de aprendizagem da ciência histórica, todos os demais que servem à orientação da vida praticam mediante a consciência histórica. O conhecimento histórico é a principal ferramenta na construção dessa consciência histórica, que articula o passado com as orientações do presente e com as determinações do sentido com as quais o agir humano organiza suas intenções e expectativas no fluxo do tempo. Mas, é nas escolas que se estuda a História e onde se cruzam de modo comprometido o conhecimento científico e o conhecimento escolar, por que o ambiente escolar é privilegiado para que os alunos aprendam maneiras de pensar sobre o passado que deverão ajudá-los a se orientar no tempo, relacionando o passado, o presente e o futuro com suas vivências como seres temporais.

As representações históricas que os alunos constroem emergem de determinados processos da vida humana prática, que interagem com o conhecimento escolar. Ao analisar as relações entre a História acadêmica e a História ensinada nas escolas, questiona-se não somente a ambigüidade do termo, como também a dupla face da História: de um lado, ela é construída pelo ensino, no sentido mais amplo do termo e por outro ela emerge da linguagem social. Ao enfatizar a ambigüidade, esse autor reforça as contradições que cruzam a função educativa da História e os jogos sociais e políticos dos quais ela é objeto. Ele não considera a História como uma disciplina já instalada na escola, pois mesmo que exista como “História oficial”, centralizada nas opções e conjunturas que constituíram a formação da nacionalidade, ela é, ao mesmo tempo, elaborada no meio social e por isso recebe uma tradução, na qual é condicionada por posições sociais e políticas. Sublinhar a ambivalência constitutiva de suas referências exige uma reflexão de natureza epistemológica sobre seus saberes e uma responsabilidade didática sobre sua transmissão.

Encurralada entre um distanciamento crítico e inculcação social, o campo do conhecimento histórico é atravessado por desafios: a erosão manifesta da noção de História que exige um olhar distanciado para reabilitá-la; sua inserção social, que se situa em diferentes níveis (nacional, mundial e intercultural); a confrontação com outras disciplinas (como as outras Ciências Sociais, o Direito), que interroga sua capacidade de pensar o possível. Considerando-se que os conteúdos programáticos são feitos sob a sombra protetora da ciência acadêmica, que sem dúvida é sua referência mais visível, desconhecem-se outras referências mais sutis da disciplina escolar: a prática e a cultura escolar, as representações sociais, o material didático. Desconsideram-se, sobretudo, as relações entre a História e a vida prática, ou em outras palavras, para que serve a História ensinada nas escolas, que diferentemente da sua matriz acadêmica, tem como público aquele que não é necessariamente, um pesquisador, um historiador.

A instituição escolar possui certa autonomia em relação à demanda social que legitima sua função. Os professores elaboram seus instrumentos de trabalho, suas modalidades de intervenção, suas práticas profissionais que constituem uma cultura própria da escola. A aceitação da existência de uma cultura própria da escola levou a aprofundamentos a respeito do ensino das disciplinas escolares e a formas pelas quais se apresentavam, originando a discussão sobre a transposição didática, isto é, a origem e a transformação do saber para que ele seja ensinado.

As interações entre o saber acadêmico, cultura escolar e outros elementos componentes das representações sociais dos alunos e professores constituem a base sobre a qual se assenta o saber escolar. No interior de cada disciplina escolar, as pesquisas didáticas integram a reflexão epistemológica, para definir os conhecimentos relativos aos procedimentos e noções a serem desenvolvidas pelos alunos para que cheguem a um nível de conhecimento, às articulações entre conhecimentos procedimentais e competências nocionais para a resolução de determinadas tarefas em uma mesma disciplina ou em várias delas.

Ao trazer as questões para nossas aulas de História e a organização curricular da História diferentes questões se colocam, pois se evidenciam a força do conhecimento acadêmico e as frágeis relações entre os currículos e programas, a cultura escolar e a vivência dos sujeitos escolares. Primeiramente, somos portadores de uma tradição que nos mantém como continuidade da civilização ocidental, que se iniciou no Oriente Médio, quando os homens inventaram a escrita. Acreditamos que, por isso, não podemos escapar de um ensino que não se organize pela cronologia e pela predominância da periodização clássica. A exclusão de Estudos Sociais e a reintegração de História e Geografia como disciplinas escolares geraram novas propostas curriculares, nos anos 1980. O surgimento de uma produção histórica que se pautava por críticas às formas então consideradas tradicionais e pela introdução de conceitos e categorias explicativas que até então eram desconsideradas forneceram o embasamento necessário para que os novos currículos e propostas se orientassem pela negação ao etnocentrismo, pela valorização do cotidiano como categoria explicativa e pela rejeição ao quadripartismo da História.